

## A RIGIDEZ DA NÃO NORMA

L.A. Francischelli<sup>1</sup>

*A lei, embora santa, é ocasião de transgressões. Que diremos, pois? A lei é pecado? Longe disso. Mas eu não conheci o pecado, senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: não cobiçarás. E o pecado, tomando ocasião daquele mandamento, fez nascer em mim toda a concupiscência. Porque, sem lei, o pecado estava morto. E eu, outrora, vivia sem a lei. (São Paulo, Epístola aos Romanos)*

*Pois a poderosa necessidade o mantém nos limites de seus limites, que o cercam por todos os lados, porque o ser deve ter um limite; com efeito, nada lhe falta; fosse sem limite, faltar-lhe-ia tudo. (Parmênides)*

1

Instigante esse título: "A rigidez da não norma". A convocatória fala de diferentes rigidezes, entre elas da "norma do número de sessões". Entre todas, esta seria aquela que mais atração exerceu sobre nós. Falaremos, portanto, das normas de nosso nobre ofício.

Antes, porém, percorreremos o nosso mal-estar; as "normas" que o geram ou, dizendo com mais propriedade, nele poderíamos localizar "a rigidez da não norma". Puxa, que maluquice é esta que o título do texto nos envolve? "A rigidez da não norma" seria a gota d'água do mal-estar que acomete nosso tempo? Quem sabe? Sim. Poderia ser, por que não? Enfim...

Os homens vivem o século XXI sob o desamparo do simbólico. O nosso mal-estar ainda guarda em seu bojo as marcas traçadas por Freud em 1930. Contudo, daquele tempo ao nosso tempo, fomos atravessados pela Segunda Guerra Mundial, que veio como consequência dos narcisismos feridos da Primeira Grande Guerra. E, quem sabe – por que não? –, arma sorrateira da primeira, para colocar ordem na desordem nesse nosso tempo.

---

<sup>1</sup> Graduado em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas (1972), residência médica no Hospital Nacional Jose T. Borda, em Buenos Aires (1976) e formação analítica na APA - Buenos Aires (1985). É membro fundador, titular e didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPPA) e membro fundador-pleno do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA), além de ministrar seminários nas duas instituições é supervisor clínico. Tem experiência na área de Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psicose, sonhos, Lacan e Freud.

Após este suposto acerto de contas, produto dessa guerra sem quartel, o mundo avançou com esperança e, no fim do século XX, alguns muros caíram com o muro de Berlim, e com ele o sonho da igualdade soviética, entre outras expectativas do homem moderno. Entretanto, sempre escutamos, pelos líderes atuais, sobre a construção de novos muros, como o famoso muro da fronteira americana/mexicana, ou ainda o muro que divide a chamada "Palestina" com o Estado de Israel.

Muros no mundo globalizado. Até parece um contrassenso. As culturas regionais e os costumes dos pequenos povoados desapareceram, e todos somos iguais, pelo mínimo nos costumes. Empregamos todos a mesma tecnologia. Os tempos sofreram uma mutação, não aquela governada pelos astros, mas aquela que advém da tecnologia, quando não toleramos nenhuma demora.

Nessa unidade globalizada, nos encontramos. Muitos lutam para sair dela. Entretanto, a força dessa máquina é, pelo mínimo, infernal. Com a globalização, o grande vencedor foi o capitalismo que, com sua extraordinária capacidade de se inventar e re-inventar, nos aprisiona. Os processos democráticos foram se debilitando de maneira imperceptível. Aqueles que advogaram a força de uma social-democracia, como uma forma de distribuição das riquezas mais universalista, foram derrotados.

Hoje, o que se constata é uma assombrosa concentração de renda, acompanhada, claro está, por uma profunda desigualdade social talvez nunca observada na História. Sempre tivemos pobres; os pobres de hoje, contudo, são outros. E não só isso: há um crescimento inquietante do número de pessoas que habitam o planeta; somos, entre mulheres e homens, cerca de sete bilhões, e a maioria esmagadora de pobres/miseráveis.

A marca do nosso mundo é a desigualdade. A desigualdade social é que contém a violência da nossa civilização. Nesta geografia, os imigrantes – ou refugiados – representam a novidade desta época, o mal-estar, o estigma do descartável. Ainda que a palavra seja a mesma – *imigrante* – não significa o mesmo que foi para meus avós imigrantes. Nessa nossa convulsionada cultura, as marcas da exclusão social já não são por causas raciais; elas estão representadas pelo imigrante/refugiado que vem habitar meu território, apossando-se do que é meu.

Portanto, ele é um outro que não devo reconhecer como outro, mas sim aquele que vem tomar meu lugar no trabalho, na moradia, comer minha comida e tomar a minha água. A alteridade se dilui no espaço sideral. As diferenças não estão bem cotizadas no mercado das almas. Somos cada vez mais tragados pelo narcisismo das pequenas diferenças.

Aqui no sul do Brasil, criamos uma nova definição do narcisismo a partir do tradicional churrasco gaúcho: depois que ele termina, as brasas vão se apagando lentamente, envolvidas pelas cinzas. Ao final, ficam algumas brasas totalmente encobertas pela cinza, porém com toda a

capacidade de voltar a se acender. Nosso narcisismo é como essa brasa protegida pela cinza; frente a qualquer motivo, em particular àqueles ligados às diferenças, nossa brasa volta a brilhar, ou melhor, nosso narcisismo protegido pela cultura e pelas medidas da hipocrisia, regressa com toda a força para matar o outro que não reconhecemos como igual.

É de observação comum que os povos de maior cultura são aqueles capazes das maiores barbáries. Assim foi com as principais guerras de nosso tradicional Ocidente. A língua da Filosofia, quem diria, organizou os fornos humanos e queimaram a razão na fumaça dos campos de extermínio. A maior potência democrática de nosso planeta, herdeira da revolução americana, que precedeu a Revolução Francesa, acaba de escolher seu condutor como se fosse uma republiqueta, espionada pelos russos.

São demais os perigos dessa vida, diria um filósofo/poeta popular. Empregamos, para caracterizar nosso momento histórico, significantes como "A Sociedade do Espetáculo" de Guy Debord, "A Cultura do Narcisismo" de Christopher Lasch, ou ainda, "A Modernidade Líquida" do querido Zygmunt Bauman. Pelo nosso costado, este dos psicanalistas, deveríamos preferir batizar nossa atualidade como "A Cultura da Medicalização" ou mesmo "A Sociedade Medicalizada".

O Papa Francisco se pronuncia, energicamente, contra o que ele chama "A Cultura do Descarte e do Esbanjamento". Outra de suas ideias fortes seria o que classifica como "Indiferença". Três significantes *ferozes*: a "indiferença" traduz ignorar o outro, o que implica o seu "descarte", enquanto "esbanjar" só acontece entre aqueles que se apossam da riqueza do mundo. A pobreza também "esbanja" aquilo que habita em seu seio: a violência.

2

Pois bem, por que diabos "a rigidez da não norma" teria alguma implicação com esse mal-estar que nos acossa? Eis a questão, meu caro psicanalista!

A agudeza da construção desse significante poderá levantar suspeitas em aparelhos psíquicos com estrutura paranoica, que se interrogará sobre como seria possível encontrar "rigidez" onde não há "norma". Responderá, com espanto, que a "não norma" espalhará o caos e nada mais. E, talvez, ficasse por aí. As supostas cabeças livres desse distúrbio poderiam seguir a ideiação do paranoico até certo ponto, e logo sairia por outro caminho. Então, diria: certo, no caos, encontraríamos a "rigidez da não norma".

Por outro lado, o neurótico simples coçaria a cabeça, pensaria muito – em particular o obsessivo – e não optaria por nenhuma solução. Ele manter-se-ia a meio caminho, nem uma coisa nem outra e, quem sabe, pedisse hora a um analista. Seria para ele um significante enigmático, e só a

passagem por um divã lhe abriria a cabeça para encontrar um sentido correto a este significante enigmático.

"A rigidez da não norma" exercita nossa alma pela presença de algo *estranho*. É óbvio que isso nos remete diretamente ao texto *O Estranho* de Freud (1919), que todos conhecemos. Como foi elaborada, a construção – *A rigidez da não norma* – coloca-nos diante de "algo" que não terminamos de apreender.

Os dois termos – "rigidez" por um lado e "norma" por outro – estão colocados em uma dança difícil de identificar se é rancheira ou samba. Em seu sentido último, esse significante obscuro evoca, na memória deste escrivão, duas historinhas de velho Sigmund, que aparecem em *O Chiste e sua Relação com o Inconsciente* (Freud, 1905).

Uma refere-se à história do tacho de cobre: "A. pediu emprestado a B. um tacho de cobre e, quando o devolve, B. se queixa porque o tacho apresenta um furo enorme que o torna inútil. A. se defende: 'Em primeiro lugar, eu não pedi emprestado a B. nenhum tacho; em segundo lugar, o tacho já estava com buraco quando o pedi a B.; em terceiro lugar, eu devolvi intacto o tacho'". Cada um desses argumentos é bom por si; porém, todos juntos se excluem reciprocamente.

A outra historinha, ainda nos *Chistes*, é sobre dois patrícios que se encontram no trem. Um pergunta ao outro: "'Aonde vais?' 'A Cracóvia', é a resposta. Porém, olha que mentiroso – fica furioso quem pergunta –, 'quando dizes que vais a Cracóvia, desejas que eu acredite que vais a Lemberg. Porém, eu sei bem que viajas a Cracóvia. Por que me mentes, então?'" São jogos de linguagem que escondem e revelam a verdade ao mesmo tempo, como essa proposta, cheia de curvas: "a rigidez da não norma".

3

"Porque sem lei, o pecado estava morto", nos diz São Paulo. "A lei é o pecado? Longe disso. Mas eu não conheci o pecado, senão pela lei", responde. Em um entendimento direto, a lei cria o pecado. É assim, sem medir nem pensar?

Sempre articulamos essa ligação do pecado com a lei; como a corda e a caçamba, um não existe sem o outro. Contudo, as transparências podem se obscurecer pela observação seguinte, em que a lei é o pecado que recebe um não, para logo esclarecer que só se conhece o pecado pela lei. Então, quem vem primeiro? O pecado ou a lei?

Estamos frente a uma dialética, pela qual um precisa do outro. Tal dialética coloca o homem de frente com a lei e o pecado, isto é, o homem obedecerá à lei, ou sucumbirá ao pecado. Parece-nos

claro que o advir do pecado surge para o homem pela lei. Tem razão São Paulo, ao dizer que só conheceu o pecado pela existência da lei.

Aqui não contamos com a "a rigidez da não norma". Existe sim o balanço entre ficar com a lei ou cair em tentação, burlar a lei e cair no pecado. Aqui tudo é transparente. Não existe espaço para a dúvida. O que está presente é que o homem foi jogado no furacão da renúncia que impõe a lei; sem ela, não teria como chegar à ideia, não teria como aceder ao pecado. A lei baliza, marca os limites do que o homem pode fazer ou não.

O Ser do homem joga com a máxima shakespeariana do *to be, or not to be*, ou seja, entre o Ser e o não Ser. O Ser nasce pelo trabalho da lei e, por isso, a lei marca o processo civilizatório. Falar do Ser é como comentar da identificação, que remete a esse enigma freudiano que reza: "assim como o pai deves ser" e a contradição da afirmação: "assim como o pai não te é lícito ser", impressa no trabalho de 1923, *O Ego e o Id*.

Irmanados pela identificação, Shakespeare e Freud estão separados por alguns séculos. Além disso, Freud trabalha para construir a teoria psicanalítica e não literatura - ainda que o único prêmio que recebeu em vida tenha sido literário.

Tudo isso nos conduz a *Totem e Tabu*, escrito por Freud em 1913. O texto coloca as duas proibições constituintes da cultura: do incesto e do parricídio. Nesse caminho, deparamo-nos com o complexo de castração.

No momento que, deserdados pelo Pai narcísico, os irmãos decidem assassiná-lo – única forma de destituí-lo de suas insígnias de poder absoluto – eles são obrigados a limitar esses poderes. Ninguém poderá, jamais, voltar a ocupar lugar semelhante ao do pai. Constroem-se as leis básicas da cultura, e a sinaleira da mesma será o complexo de castração. Morto e sem coroa de Rei supremo, advém o Pai Simbólico; em outras palavras, o Pai Castrado.

Ato de violência. Construtor da Lei. Violência construtora do processo civilizatório. Freud sustenta que todos somos iguais perante a Lei, sejamos pretos, brancos ou amarelos. A castração é sempre simbólica, porque ela nasce junto ao ato de violência que destitui o pai primevo, o senhor do mundo. Ela abre no homem a ferida da falta. Isso convoca o Ser do homem na procura de sua restituição plena, saudoso do lugar do pai primevo.

No campo político ou mesmo em nossas instituições, não é estranho que "surjam" pais primevos, senhores da verdade, restituindo o narcisismo pleno, sem fissuras ou faltas. Dispomos da História como testemunha dos ressurgimentos desse pai que, curiosamente, nos habita e reclama de seus poderes plenos de outrora.

Essas insígnias do poder, iguais à força do desejo, lutam pela totalidade da cena. Não há lugar para a falta. Contudo, ela é que nos constitui como seres de palavra. O contrário nos devolve a natureza. Processo civilizatório. Mas como processá-lo?

Estamos todos de acordo que esse evento será processado pela castração. Na *Conferência 31, A Dissecção da Personalidade Psíquica*, Freud (1933) nos definiu, com clareza, quando essa operação é concretizada: vem no significante *Zuiderzee*. É o trabalho do homem, superando a natureza.

Parmênides, lá pelos 500 antes de Cristo, comunica que o "ser deve ter um limite; com efeito, nada lhe falta; fosse sem limite, faltar-lhe-ia tudo". Impressiona encontrar em Parmênides a castração freudiana. Sem os limites que nos impõe a castração, não seríamos humanos, ainda que Parmênides diga que, sem ela, nos faltaria tudo. Isso tudo se refere, segundo nosso pensar, a um Ser longe do humano, próximo da natureza.

Deixaremos por aqui a constituição de nosso ser, à medida que discutimos sobre as identificações. Entretanto, não poderíamos nos esquecer de uma máxima freudiana: *Wo Es war, soll Ich werden* (Freud, 1933), que concentra em si mesma todo o arcabouço dos meandros da teoria analítica.

4

"Norma do número de sessões". Como dissemos, esse tema das sessões nos sensibilizou profundamente por se tratar de um "detalhe" importantíssimo de nossa prática clínica, posto que um psicanalista é, sobretudo, um clínico.

Além do que, nossa instituição-mãe, a IPA – fica bem chamá-la de mãe? Talvez outro substantivo fosse mais adequado. Bem, deixamos essa questão de lado e, se ninguém se ofender, prossigamos –, como sabemos todos os "ipistas", acaba de promover um profundo e grande debate. No último Congresso Internacional de Buenos Aires, foi discutida, no interior do comitê, a proposta de que as análises de formação pudessem ocorrer com três vezes por semana. Esta proposta venceu por 18 a 4.

Vitória esmagadora. Contudo, devemos esperar até janeiro de 2018, para colocar essa medida em prática. Os velhos paradigmas se fragmentam, mas não sem resistências poderosas. Tanto que, apesar da vitória elástica no placar, ainda corremos o risco de uma anulação pelas poderosas forças conservadoras.

Como veem, os senhores da verdade e da certeza, como nosso pai primevo, nunca dormem. Sempre atentos em defesa da psicanálise, dizem. Será?

Analiso confortavelmente com uma frequência de três vezes por semana. Expresso minha posição. Porém, nada contra a uma maior frequência alta, visto que também tenho essa prática.

Em verdade, não queria me ocupar dessa polêmica e sim dessa expressão *a norma das sessões*, e interrogar de onde nasce esse conceito "norma", posto que a atividade de um analista é clínica, como já o dissemos. Assim, devemos pensar a presença do analisando na sala de análise, por vias burocráticas ou por vias clínicas?

Optamos por critérios clínicos e – por que não? – técnicos, pois nossa experiência nos diz que, antes da norma, precisamos da frequência que nos habilite o exercício de nosso ofício. A psicanálise cura pela palavra. Isso mesmo, mas pela palavra em transferência, que outorga ao analista um poder, advindo da pré-história do analisando. Deste poder, nasce a ética analítica.

E a frequência não está diretamente ligada a um diagnóstico. No imaginário social, sim: quanto mais frequência, mais loucura. Na clínica analítica, não há nada disso. A frequência nada mais é que um instrumento do fazer analítico. É o tempo que o analista necessita para exercer seu ofício.

Como nos disse Freud em algum lugar de seus trabalhos sobre a técnica analítica: o que ele praticava com seus analisandos em matéria de tempo das sessões, de frequência, entre outros aspectos, servia muito bem a ele.

Logo, por necessidades internas à difusão da psicanálise, o modelo freudiano generalizou-se, e nasceram as "normas". A singularidade freudiana foi extirpada na formação das gerações de analistas. Esta, em lugar da singularidade, foi formatada. O significante *formação* transformou-se em um processo *standard*, com os naturais prejuízos dessa metodologia. Mesmo assim, entre mortos e feridos, já cruzamos o centenário da psicanálise.

Lacan, talvez, querendo recuperar a singularidade que falava Freud em sua prática clínica, faz a sua práxis clínica fundamentada no tempo lógico. Não dispomos de muito espaço para ingressar nos fundamentos propostos por Lacan sobre o sentido último do tempo lógico.

Diremos sim que quebra o tempo cronometrado das sessões. Elas só terão o tempo do começo; porém, podem terminar a qualquer momento. Essa ideia, segundo entendemos, também se estende em relação à frequência. Houve, por isso, uma fratura técnica que, como sabemos, a IPA não tolerou, e Lacan foi afastado de nossas hostes.

Por que lembrar aqui essa história? Para lembrar que, além da psicanálise que praticamos, existem outras modalidades técnicas que circulam no planeta que habitamos. E que, seguramente, não deveríamos considerá-las *imigrantes*, nem *refugiadas*.

5

Como articular a "rigidez da não norma" em relação às "normas das sessões"? Poderiam ser pensadas dentro de uma lógica dialética?

Ainda que regressemos à contradição implícita – que já comentamos – dessa enigmática forma de colocar o problema – pois ela contém, em si mesma, uma negatividade implícita –, a "rigidez da não norma" libertaria os analistas "ipistas" para uma desobediência organizada em relação ao número de sessões, em uma análise de formação: que cada quem praticasse um critério próprio e não o coletivo, abandonando aquilo que toda a comunidade assinou embaixo.

Rigidez destrutiva. Sempre paira, no ar de nossas instituições, se todos somos éticos com nossos compromissos institucionais e com nossos colegas. Entretanto, ainda que mereça o comentário, isso nos desviaria muito de nosso propósito. Como se diz habitualmente, bruxas não existem; porém, é verdade que elas vivem entre nós.

Pois então, nosso interesse se volta para as "normas das sessões", à medida que não seria suficiente afirmar que esse critério choca com o fazer psicanalítico. É preciso dizer que o valor recai sobre a clínica e até podemos concordar, em tese, que o número de sessões será X, posto que a experiência dirá que, com esse número, uma análise poderá funcionar.

Essa obsessão com como se emprega as palavras se deve a uma observação freudiana que se encontra na *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921), que não devemos ceder nas palavras porque, senão, terminaremos cedendo nos conceitos.

Há pouco, aconteceu nosso Congresso Internacional. O tema central foi a *Intimidade*. Costumamos afirmar que não há relação mais íntima que a relação analítica. Ela supera qualquer outro vínculo que tenhamos; quer seja com os pais, com irmãos, com esposas/esposos. Entretanto, mesmo ela precisa de seus limites.

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (1921) apresenta uma ideia sobre essas intimidades, como são as trocas afetivas entre os seres humanos; ele põe em circulação um pensamento de Schopenhauer sobre os porcos de espinho:

"Em um gelado dia de inverno, os membros da sociedade de porcos-espinhos se apertaram para trocarem calor e não morrer de frio. Porém, logo sentiram os espinhos uns dos outros e foram obrigados a tomar distância. Quando a necessidade de se aquecerem os obrigou a se aproximarem outra vez, repetiu-se o mal-estar anterior e, assim, se viram levados e traídos entre ambas as desgraças, até que encontraram uma distância moderada que lhes permitia passar melhor".

Essa metáfora das trocas possíveis da solidariedade da sobrevivência indica-nos que toda intimidade, por mais intensa que seja, apresenta seus limites. A sala de análise, plena em intimidade, não pode prescindir de limites. Sem eles, a operação da análise não acontece. Seriam esses os critérios do número de sessões? Sim. As "normas" são burocráticas. E a "rigidez da não norma" é, como dissemos, um significante enigmático com amplas possibilidades interpretativas.